

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA NO GOVERNO BOLSONARO: (2019-2022)

Anna Luíza Carneiro e Oliveira¹
Ednéia Alves de Oliveira²
Maristela Lucarelli Gonçalves³
Monalisa Aparecida Santos⁴
Tháles Gonçalves Guilherme⁵

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica realizada nos últimos dois anos e objetiva analisar as principais políticas de emprego e renda implementadas durante o governo Bolsonaro. Trata-se de uma pesquisa descritiva e quali-quantitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados sites do governo federal e sites de organismos não governamentais. Os resultados obtidos nos permitem identificar que a política de emprego e renda do governo em tela seguiu a tendência histórica, primando pela lógica da qualificação e do empreendedorismo e responsabilizando os próprios sujeitos sociais pela ausência de emprego e renda, revelando-se residual, paliativa, seletiva e incapaz de atender as necessidades reais da classe trabalhadora brasileira.

Palavras-chave: política de emprego e renda; governo Bolsonaro; desemprego.

ABSTRACT

This article is the result of a scientific initiation research conducted over the last two years and aims to analyze the main employment and income policies implemented during the Bolsonaro government. This is a descriptive and quali-quantitative research, using as an instrument of data collection federal government websites and websites of non-governmental organizations. The results obtained allow us to identify that the employment and income policy of the government in question followed the historical trend, priming the logic of qualification and entrepreneurship and blaming the social subjects themselves for the absence of employment and income, proving to be residual, palliative, selective and unable to meet the real needs of the Brazilian working class.

1 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: annacarneirooliveira@gmail.com

2 Profa. Dra em Serviço Social - Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: oliveiraedneia21@yahoo.com.br

3 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: maristela.lucarelli18@gmail.com

4 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: monalisasantos1975@gmail.com

5 Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Psicólogo formado pela mesma instituição. E-mail: psi.thalesguilherme@gmail.com

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Keywords: employment and income policy; Bolsonaro government; unemployment.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é resultado de um projeto de iniciação científica desenvolvido nos últimos dois anos e objetiva analisar as principais políticas de emprego e renda implementadas durante o governo Bolsonaro. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualiquantitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados sites do governo federal e sites de organismos não governamentais. A política de emprego e renda vem sendo implementada no Brasil desde os anos de 1990 quando assumiu a presidência da república Fernando Henrique Cardoso (FHC). Até então, elas estavam condicionadas às políticas macroeconômicas de crescimento econômico como forma de gerar as ofertas de emprego e, conseqüentemente, a renda seria obtida pelo salário. Isso não implica dizer que elas deixaram de se subordinar aos projetos de crescimento econômico, mas ganharam estatuto de política pública com uma série de programas e projetos que visam promover maior empregabilidade ou reduzir as taxas de desemprego.

A perspectiva de se criar programas e políticas de emprego passivas e ativas vai ao encontro do enorme número de desempregados que passam a ocupar as estatísticas sobre desemprego ao redor do mundo. Um desemprego que está associado ao crescente movimento típico do capital de concentração e centralização da riqueza, não somente em países da periferia, mas como resultado de uma universalidade sistêmica que envolve as mudanças na organização do trabalho com a introdução da robótica e da microeletrônica como forma de recuperar as taxas de lucro e garantir a acumulação de capital. Em países como Brasil, tal movimento implica em maior desemprego e pobreza tendo em vista os baixos salários pagos, as altas taxas de informalidade e desemprego, revelando o que Prado Jr. (2011) enfatiza da histórica relação trabalhista que remonta aos primórdios da nossa colonização, em que predominam trabalhos precários, instáveis e superexplorados. Portanto, os resultados obtidos na nossa pesquisa nos permitem identificar que a política de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

emprego e renda do governo em tela seguiu a tendência histórica, primando pela lógica da qualificação e do empreendedorismo e responsabilizando os próprios sujeitos sociais pela ausência de emprego e renda, revelando-se residual, paliativa, seletiva e incapaz de atender as necessidades reais da classe trabalhadora brasileira.

2 POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)

As políticas ativas e passivas de emprego tem como objetivo a redução das taxas de desemprego e da informalidade e prover renda à classe trabalhadora, eliminando a pobreza e permitindo condições de subsistência pela via do trabalho ou de algum benefício monetários enquanto encontra-se fora do mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2017). Até os anos de 1970, nos países centrais estavam vinculadas ao crescimento econômico proveniente das altas taxas de crescimento e baixo índice de desemprego em função do modelo econômico orientado pelas premissas Keynesianas. No Brasil, passaram a compor a agenda política nos anos de 1990, com FHC. Mesmo com viés de política pública estatal, não deixaram de estar vinculadas às políticas macroeconômicas do “mito” do crescimento econômico, condição para aumentar a oferta de emprego e renda da população.

Os anos de 1970 deu início a crise estrutural do capital, mudando a organização do trabalho, de contratos e leis trabalhistas, flexibilizando as mesmas para atender ao advento da robótica e da tecnologia, utilizadas como escusa para promover a recuperação das taxas de lucro dos capitalistas inconformados com as políticas sociais de modelo beveridgiano nos países onde vigorou o estado de bem estar social. As medidas seguiram as diretrizes dos organismos internacionais, representados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM).

A ideia era recuperar o crescimento e as taxas de empregabilidade, reduzindo os impactos sobre a pobreza e extrema pobreza. No Brasil, país da periferia capitalista, as políticas de emprego e renda adentram o cenário político com o governo de FHC, em 1995, na criação de contratos trabalhistas atípicos e também

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

maior flexibilização da legislação trabalhista. Paralelo às mudanças na lei e contrato trabalhista, FHC criou programas como Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO). Com Lula tivemos o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) e Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, em 2005, o Programa de Aprendizagem Profissional, em 2007 o Cadastro Nacional de Aprendizagem e o Projovem Trabalhador e, com Dilma o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo, em 2010 e, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Os programas adquiriram uma lógica direcionada para a qualificação de jovens pobres da periferia e no estímulo ao empreendedorismo, em alguns casos com renda para custear os cursos de qualificação, como o Projovem urbano. No governo Bolsonaro a tônica foi a mesma, são tentativas que parecem inovadoras, mas estão atreladas às premissas que sustentaram os programas anteriores, mudando nomenclaturas, mas com objetivos similares. Criando ou recriando programas que exigem pouco do orçamento e primam pela individualização do problema e culpabiliza os indivíduos e sua condição objetiva de vida.

Exemplo com o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, que modificou a legislação trabalhista e previdenciária objetivando criar postos de trabalho para a população jovem, a partir do primeiro emprego com registro na Carteira de Trabalho. Tendo em vista que estes são os que mais sofrem com o desemprego no país. A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicada no site da Agência Brasil em 2021 mostra que em meados daquele ano, a taxa de desemprego entre os jovens de 14 a 17 anos foi de 46% do total da força de trabalho desocupada. Entre aqueles com idade entre 18 e 24 anos a média foi de 31%. O Contrato de Trabalho Verde e Amarelo só é válido para vínculo trabalhista que seja registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (BRASIL, 2019a).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Nesta modalidade de contrato estão fora os que possuem vínculos de menor aprendiz, contrato de experiência, trabalho intermitente e trabalho avulso⁶. Os salários para os contratados nessa modalidade, entre 18 e 29 anos, teriam um salário-base mensal de até um salário-mínimo e meio.

Para os empregadores está assegurado a isenção de parcelas incidentes sobre a folha de pagamentos desses trabalhadores, comprovando ser mais uma estratégia para garantir empregos, desresponsabilizando o capital com o pagamento de benefícios trabalhistas já que ficam eximidos de realizar a contribuição previdenciária prevista no inciso I do caput do art. 22 da Lei nº 8.212/1991. Está isento também da contribuição com o salário-educação da educação básica e também colaborar na contribuição destinada ao Sistema S⁷ (BRASIL,2019a).

Dois programas merecem destaque: a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego e o Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano para a Produtividade e o Emprego, ambos datados de 2019 pelo Decreto nº 10.110. O objetivo seria articular órgãos e entidades da administração pública dos entes federados, do setor privado e da sociedade civil na oferta da qualificação profissional visando o aumento da produtividade e da empregabilidade. A medida visa alinhar a demanda do setor produtivo com a oferta de qualificação profissional, por meio de solicitação e validação realizada diretamente do setor produtivo; incentivos em contratos e parcerias que atingem metas condicionadas de resultados de empregabilidade ou de produtividade; e mapeamento pelo poder público da demanda do setor produtivo por qualificação profissional (BRASIL, 2019b).

No que concerne ao público alvo, são prioritários, jovens que buscam inserção no mercado de trabalho ou o primeiro emprego; desempregados cadastrados no banco de dados do Sistema Nacional de Emprego (SINE); trabalhadores empregados

6 Menor aprendiz são jovens de 14 a 24 anos, ou pessoas de qualquer idade com deficiência, que frequenta a escola e inscrito no programa de aprendizagem e qualificação; O contrato de experiência tem até 90 dias, o objetivo é verificar se o trabalhador possui aptidão; O trabalho intermitente é um contrato não contínuo, com alternância de tempo de prestação e de inatividade; E o trabalho avulso, o serviço prestado de natureza urbana ou rural a diversas empresas e sem vínculo empregatício.

7 O Sistema S são instituições de regime jurídico e privadas, sem fins lucrativos, que prestam serviço público de assistência e ensino a determinadas categorias sociais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em ocupações afetadas por processos de modernização tecnológica e demais formas de reestruturação produtiva; trabalhadores empregados que atuem em setores estratégicos da economia, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de trabalho, emprego e renda; e pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal (BRASIL, 2019b).

Em meados de 2019, o governo federal lançou o Programa Investe Turismo. O objetivo é articulação e fomento do turismo, com união de ações e investimentos para impulsionar o desenvolvimento, a empregabilidade e ampliar a qualidade e competitividade de 30 Rotas Turísticas Estratégicas⁸ do Brasil. As ações são organizadas com: fortalecimento da governança, através de uma agenda entre setor público e privado; melhoria dos serviços e atrativos turísticos, com centralidade nas micro e pequenas empresas com atração de investimentos e o suporte ao acesso a linhas de créditos e financiamento (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

No início de 2020 foi implementado o Programa Brasil Mais. Durante o início da pandemia ele foi suspenso para retornar ao final do mesmo ano. A finalidade desse programa era ampliar a produtividade e a competitividade das micro, pequenas e médias empresas, através da adoção de melhorias de gestão e soluções digitais de rápida implementação, baixo custo e elevado impacto. Segundo o Ministério da Economia, desde novembro de 2020, mais de 117 mil empresas de diversos ramos do país, tiveram resultados consideráveis. Em média 68% tiveram ganhos de produtividade em linha de produção e 22% resultantes de melhorias de práticas gerenciais (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2023).

Na tentativa de resgatar o turismo no país, um dos setores mais afetados pela pandemia, o governo Bolsonaro criou o programa Retomada do Turismo, envolvendo várias parcerias entre o público e o privado. As ações seriam coordenadas pelo Ministério do Turismo (MTur) e objetivavam recuperar por meio de desenvolvimento de programas, projetos e ações para fomentar a manutenção de

⁸ É a convergência da oferta turística de um ou mais municípios, com a finalidade de planejamento, gestão, atração de investimentos, promoção e comercialização turística.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



empresas e empregos no setor de turismo com a promoção e incentivo às viagens (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2023).

Com foco na qualificação, o governo criou o Programa de Aprendizagem 4.0, em setembro de 2020. Com público alvo de jovens entre 14 a 24 anos e o curso com modalidades de educação a distância (EaD) e presencial em parceria com o Senai e Ministério da Economia e substituindo a Escola do Trabalhador⁹. O objetivo era formar a futura mão de obra da indústria, por meio de um conhecimento digital e ágil, englobando competências técnicas demandadas pela Indústria 4.0, desenvolver no jovem aprendiz competências socioemocionais colocadas como imprescindíveis para o mercado de trabalho atual. De acordo com o ME em 2020, 6 em cada 10 jovens aprendizes dos cursos estavam empregados um ano após a conclusão da capacitação no Senai. Ainda, a taxa de renda dos jovens que fizeram parte do programa teve um aumento de 80,7% devido à inserção no mercado de trabalho (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). Para agilizar o processo, o governo federal sempre por intermédio do ME criou uma plataforma de empregabilidade no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) denominada Contrate-me. Nessa plataforma os jovens entre 14 e 24 anos se cadastram para uma entrevista onde relatam suas expectativas profissionais e seu comportamento cotidiano. O Contrate-me possui um viés baseado no comportamento do interessado, diferenciando entre o bom e o mau pobre ou, melhor dizendo, aqueles com disposição e perfil para o mercado de trabalho e aqueles sem disposição para inserção no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2010).

Outro programa a ser destacado é o projeto-piloto ‘Jovens indígenas: meu primeiro emprego’ lançado no início de 2021. Seu objetivo era proporcionar formação na área da saúde para indígenas, evitando o envio de profissionais de saúde para as regiões em que comumente são pouco atrativas para os profissionais dessa área. Os

⁹ Lançado em 2017 é um programa de qualificação para trabalhadores brasileiros no combate ao desemprego. O programa foi criado pelo governo Temer, devido ao entendimento de que muitos trabalhadores não estavam inseridos no mercado de trabalho por falta de qualificação. Os cursos são ofertados a partir de uma plataforma online, sendo uma parceria entre o Ministério do Trabalho e a Universidade de Brasília (UnB) (ESCOLA DO TRABALHADOR, 2017)

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

com renda per capita até R\$105,01 mensal, ou entre R\$105,01 e R\$210,00 mensal. O valor recebido pode variar, devido os benefícios que cada família tem direito, como o Benefício Primeira Infância (BPI) que paga R\$130,00 para famílias com criança até 36 meses incompletos; o Benefício Composição Familiar (BCF) com o valor de R\$65,00 para famílias com gestante, nutrizes e/ou pessoas entre 3 e 21 anos de idade incompletos; Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP) calculado pela renda per capita da família após o recebimentos dos BPI e BCF esteja além de R\$105,00 mensais por pessoa, o valor pago é R\$25,00 por pessoa; e o Benefício Compensatório de Transição (BCOMP) para famílias que recebiam o Bolsa Família, mas tiveram redução do valor no Auxílio Brasil (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, 2022b).

Por fim, instituído em fevereiro de 2022, o programa Serviço Civil Voluntário, surgiu com o intuito de adesão voluntária de prefeituras para criação de vagas de meio período com remuneração calculada em horas proporcionais ao salário mínimo vigente, destinadas a jovens entre 18 e 29 anos, e adultos acima de 50 anos. Além da bolsa remunerada, seria assegurado transporte e a garantia que no próximo período deveria ser realizado um curso de qualificação para os inscritos no programa (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, 2022).

3 IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA DO GOVERNO BOLSONARO PARA A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

Diante do exposto, podemos considerar que a política de emprego e renda implementada no governo Bolsonaro seguiu as tendências propostas pelos governo anteriores, com foco na qualificação e no empreendedorismo, além de estar em consonância com as orientações dos organismos internacionais que pregam por políticas ativas e políticas de renda mínima ao invés de uma real inserção no mercado de trabalho. São políticas residuais e seletivas com foco na individualização do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

problema e na culpabilização dos sujeitos que vivenciam tal situação. Significa que não proporcionam melhorias efetivas nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora brasileira. Comprovado a seguir.

Primeiro queremos salientar que os programas e projetos, na sua maioria, tiveram vida curta, seja porque foram barrados no senado federal como o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), o Regime Especial de Trabalho, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip), o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, apesar deste ter vigorado 1 ano e 4 meses (SANTOS e MOUTA, 2022). O Contrato Verde e Amarelo teve uma vida curta de 5 meses e foi revogado pelo próprio presidente e o Programa Emprega + Mulheres e Jovens aguarda aprovação da Assembleia Constituinte. Com relação ao Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário, este tramitava no congresso ao final de 2021, mas pelo seu caráter voluntário e sem vínculo empregatício, dependendo de bolsa paga aos jovens pelos estados e municípios, não foi adiante.

Outro fato foi a pandemia da Covid-19, que obrigou o governo a adotar medidas emergenciais que colocaram os programas supracitados em fila de espera. Terceiro aspecto é referente a todos os programas focarem na qualificação e empreendedorismo, individualizando o problema e tirando do Estado qualquer responsabilidade pela geração de postos de trabalho. Quarto aspecto é que a maioria dos programas beneficia ao capital e não aos trabalhadores, pois retira despesas e custos com a folha de pagamento e elimina benefícios trabalhistas, revogando direitos contratuais, flexibilizando leis e ampliando jornadas de trabalho.

A constatação de que tais programas são falaciosos e ineficazes são evidenciadas pelas altas taxas de desemprego e informalidade que persistiram nos anos do seu governo - de 2019 até 2021, oscilaram entre 12% a 15% da População em Idade Ativa (PIA), segundo boletim do Clube dos Poupadores (2023¹⁰). Em 2022,

10 No Clube dos Poupadores observa-se um gráfico com a taxa de pessoas desempregadas, essas têm acima de 14 anos, não estão trabalhando mas procuram um emprego. Esse recurso é calculado mensalmente pelo IBGE, e necessário para investidores analisarem uma possível alta nas vendas e lucros de diversos setores. Pois com a queda do desemprego aumenta a capacidade de compra e investimento da população. (CLUBE DOS POUPADORES, 2023)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

o mesmo boletim aponta tendência de queda, que pode ser explicada pela metodologia utilizada e pela expansão das atividades econômicas no setor informal e não naqueles com carteira de trabalho assinada. Os números da informalidade são a prova dessa realidade, tendo em vista que permaneceu em alta em todos os anos de seu governo, ainda mais no ano de 2022, abarcando em média 40% da população em idade para trabalhar, que somados aos desalentados e subutilizados podem atingir a casa dos 50% da PIA.

Outro dado importante é com relação a renda do trabalhador brasileiro. Durante o governo Bolsonaro houve redução da renda de -2,4% para todos os ocupados, principalmente os que recebem até um salário mínimo e meio. Este segmento é composto pela maioria da classe trabalhadora e devido ao alto índice inflacionário, provocado pela desvalorização do real e pelo aumento do preço da cesta básica, culminou na expansão da pobreza e pobreza extrema e de pessoas vivendo em situação de fome ou insegurança alimentar. De acordo com Oliveira, Silva e Santos (2022), ao final de 2021 cerca de 125.2 milhões de brasileiros viviam em situação de insegurança alimentar e outros 33 milhões padeciam com a fome. Mesmo com o pagamento do Auxílio Emergencial na pandemia e o pagamento do BPC e do PBF, não logrou romper com o quadro supramencionado tendo em vista os baixos valores pagos e os altos valores da cesta de alimentos básicos no país.

Segundo dados extraídos de DIEESE (2023), o salário mínimo necessário deveria ser, em dezembro de 2019, equivalente a R\$ 4.342,57, em 2020, R\$ 5.304,90, em 2021, R \$5.800,98, e em 2022, R\$ 6.647,63. Um valor muito acima do salário mínimo nominal que no mesmo período era de R\$ 998,00, R\$1.045,00, R\$ 1.100,00 e R\$ 1.212,00, respectivamente. Em contrapartida os valores dos auxílios emergenciais e PBF não chegam a casa do meio salário mínimo. Como existem 18 milhões de famílias recebendo tais benefícios e eles têm como critério de elegibilidade a existência de filhos, podemos dizer que $\frac{1}{4}$ da população vive em situação de pobreza e pobreza extrema no país. Portanto, os programas gerados pelo governo federal aprimoram a histórica desigualdade social e econômica no país e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

acelera a formação de um excedente que Marx e Engels (1998) denominaram de lumpemproletariado, fração miserável da classe trabalhadora.

Ou seja, todos os governos vêm praticando a mesma política pública para gerar emprego e renda, apostando em saídas que não envolvam despesas com o fundo público, excetuando os programas de renda mínima, cujo peso não ultrapassa a cifra de 5% do orçamento público, o que nos leva a concluir que os maiores beneficiários são os capitalistas ou o grande capital, pois os programas visam a recuperação das taxas de lucros e não a geração de emprego e renda aos mais pobres. Acentuando uma sobreposição conflitante desta dinâmica, pois a classe que produz a riqueza e que valoriza o capital é a mesma que empobrece a si própria.

Outra característica das políticas citadas é o fornecimento de crédito como o Programa Renda e Oportunidade, que possibilita a contratação usando o BPC e Auxílio Brasil, antecipação de férias e décimo terceiro. Essas estimulam o consumo e favorecem o mercado financeiro com políticas de endividamento que engrossam o capital através do pagamento de juros elevados, acarretando em endividamento das famílias pobres ou em extrema pobreza.

4 CONCLUSÃO

Foi possível compreender, que as políticas de emprego e renda se direcionam a partir das mesmas características de governos passados, em razão primordialmente do aprofundamento da dependência ao capital internacional. Com contratos de trabalhos precários, flexibilização das leis trabalhistas, esforço pessoal, comprometimento da renda em empréstimos, transferência de renda focalizada e insuficiente. Em contrapartida, as medidas do governo Bolsonaro, beneficiam o grande capital, por meio de isenções de impostos e contribuições sociais; fomento e injeção de dinheiro na economia, através das linhas de crédito, flexibilização de contratos e leis trabalhistas de redução ou extinção de direitos trabalhistas, como o FGTS, férias, repouso semanal além do baixos salários pagos e da precárias

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

condições de trabalho. Dessa forma, o processo de aviltamento das condições sociais é possível de se apreender quando nos debruçamos sobre tais políticas de emprego, seus públicos-alvos, suas normativas e burocracias envolvidas para sua operacionalização. A partir de tal processo analítico foi possível trazer as determinações dessas políticas, que apesar de propostas bem elaboradas e com retórica de melhoria das condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora, efetivam aquilo que supostamente se propõe superar, gerando assim um maior aprofundamento do descompasso entre as reais potencialidades do gênero humano e as condições que a classe trabalhadora brasileira tem vivido.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa aponta que os jovens são os mais afetados pelo desemprego.** Brasília, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-08/pesquisa-aponta-que-os-jovens-sao-os-mais-afetados-pelo-desemprego>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. Empresas e Negócios. **Brasil pra Elas.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/brasil-para-elas>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Lei Nº 8.212, de 24 de Julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 24 jul. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.467, de 13 de Julho de 2017. Altera a Consolidação das Lei de Trabalho (CLT). *Diário Oficial da União*. Brasília, 13 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.** 2019a. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **DECRETO Nº 10.110 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.** 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10111.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CLUBE DOS POUPADORES. **Taxa de desemprego: gráfico atualizado.** 2023. Disponível em: <https://clubedospoupadores.com/indicadores/taxa-desemprego>. Acesso em: 17 fev. 2023.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário.** São Paulo: DIEESE, 2020b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 17 fev. 2023.

ESCOLA DO TRABALHADOR. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.escoladotrabalhador.gov.br/sobre/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Belo Horizonte: Liga Operária e Camponesa. Edição comemorativa dos 150 anos do manifesto do Partido Comunista, 1998.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. + **Brasil Mais.** 2023. Disponível em: <https://brasilmais.economia.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Ministério da Economia anuncia medidas para facilitar acesso de empreendedores ao crédito.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-economia-anuncia-medidas-para-facilitar-acesso-de-empreendedores-ao-credito>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Ministério da Economia e Senai lançam programa de aprendizagem 4.0 para formar futura mão de obra da indústria.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-e-senai-lancam-programa-de-aprendizagem-4-0-para-formar-futura-mao-de-obra-da-industria>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SESAI lança projeto de incentivo ao primeiro emprego de indígenas.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/fevereiro/sesai-lanca-projeto-de-incentivo-ao-primeiro-emprego-de-indigenas>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Alimenta Brasil.** 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/alimenta-brasil/programa-alimenta-brasil>. Acesso em: 12 fev. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Serviço Civil Voluntário**. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/servico-civil-voluntario>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Auxílio Brasil**. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acesso em: 12 de fev. 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Programa Renda e Oportunidade**. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/rendaeoportunidade>. Acesso em: 10 fev. 2023

MINISTÉRIO DO TURISMO. Acesso à Informação. **PROGRAMA INVESTE TURISMO**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/investe-turismo>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **A Retomada do Turismo**. 2023. Disponível em: <https://retomada.turismo.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas. **Revista Katalysis**, Florianópolis, vol.13, nº 2, p. 276-283, 2010.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. A política de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida. Editora CRV, 2017.

OLIVEIRA, Ednéia Alves; SILVA, Anderson Martins; SANTOS, Monalisa Aparecida. Employment and income policies in pandemic Brazil: an uncertain future. **Brazilian Journal of Development**. , v.8, p.68239 - 68254, 2022.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Editora Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Daniela; MOUTA, Maria Regina. Governo vê 5 dos seus 6 programas para conter o desemprego naufragarem. **Metrópoles**, Brasília, 27 maio. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/somente-1-de-5-politicas-do-governo-contradesemprego-foi-instituida>. Acesso em: 17 fev. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO